

Unidade dos(as) Trabalhadores(as), defesa da democracia, fortalecimento do SIMPA!

Vivemos um momento de crise. Correm perigo os direitos e as aspirações fundamentais do povo brasileiro: ao emprego, ao bem-estar social, às liberdades democráticas, à soberania nacional, à integração com os países vizinhos.

Para garantir nossos direitos e aspirações, para garantir a democracia e outra política econômica, para garantir a soberania nacional e a integração regional, bem como as necessárias transformações profundas em nosso país nós,

Defendemos:

- os direitos dos trabalhadores(as) – melhorias das condições de vida, emprego, salário, aposentadoria, moradia, saúde, educação, terra e transporte público;
- uma política econômica voltada para o desenvolvimento com distribuição de renda contrária à especulação financeira nacional e internacional, que transfere através da corrupção e de contas bancárias secretas, parte importante da riqueza produzida pelo povo brasileiro;
- uma reforma tributária que, por meio de medidas como imposto sobre grandes fortunas e a auditoria da dívida faça os ricos pagarem a conta da crise;

Lutamos:

- contra o atual ajuste fiscal e contra todas as medidas que retiram direitos, eliminam empregos, reduzem salários, elevam tarifas de serviços públicos, estimulam a terceirização, ao tempo em que protegem a minoria rica.
- contra o golpismo - parlamentar, judiciário ou midiático – que ameaça a vontade expressa pelo povo nas urnas, as liberdades democráticas e o caráter laico do Estado;
- contra a criminalização dos movimentos sociais e da política, contra a corrupção e a partidarização da justiça, contra a redução da maioria penal e o extermínio da juventude pobre e negra das periferias, contra o machismo e a LGBTfobia, contra o racismo e a violência que mata indígenas e quilombolas;

Para construir um Projeto Nacional de Desenvolvimento Democrático e Popular defendemos reformas estruturais tais como, reforma do Estado, reforma política, reforma do poder judiciário, reforma da segurança pública com desmilitarização das Polícias Militares, democratização dos meios de comunicação e da cultura, reforma urbana, reforma agrária, consolidação e universalização do Sistema Único de Saúde (SUS), reforma educacional e tributária. Defendemos a democracia e a participação popular nas decisões sobre o presente e o futuro de nosso país e a Soberania Nacional! Convidamos a todas as pessoas que se identificam com essa plataforma a se somar na construção da **Frente Brasil Popular**. Participe você também!

RS - Por um Projeto de Desenvolvimento e Mais Direitos aos Trabalhadores(as)

Nos anos 90 o Brasil e o mundo passaram por uma ofensiva neoliberal marcando o Governo Britto que fez sua bandeira por menos estado, achatou salários, demitiu e privatizou atacando a máquina pública, destruindo os aspectos sociais e indutores de um projeto de desenvolvimento, levando o RS a bancarrota. Afora o período dos governos Alceu Collares, Olívio Dutra e Tarso Genro que não aplicaram o modelo neoliberal, esta tem sido a realidade do RS.

Neste momento de agravamento da crise econômica e ascensão de forças conservadoras e reacionárias; e da retomada da agenda neoliberal em escala global com “uma sede de um leão”, o governo Sartori representa aqui a alternativa que as forças retrógradas e de direita querem reestabelecer em todo o Brasil.

O Governo Sartori está descarregando sobre os serviços públicos e os seus servidores(as), os custos financeiros da reestruturação do RS no sentido de um estado mínimo, não indutor da economia e sem projeto de desenvolvimento. Ao mesmo tempo continua favorecendo aos mais aquinhoados capitais do RS como, por exemplo, a sonegação e as isenções fiscais e, de lambuja, vai forjando o discurso da crise financeira para abrir espaço de convencimento político em defesa das privatizações dos bens do povo gaúcho como o Banrisul, a CEEE, a Corsan e outras estatais.

Em 2015 os(as) Servidores(as) Públicos(as) articulados pela nova direção do CEPERS e a FESSERGS garantiram a unidade das categorias do funcionalismo e o apoio do povo. Superaram divergências e denunciaram que o ataque aos(as) servidores(as) é um ataque aos serviços públicos.

Defendemos outro modelo de desenvolvimento para o nosso estado que garanta o mercado interno com a manutenção do poder de compra dos(as) trabalhadores(as), a criação de pólos tecnológicos criados junto às universidades, o incentivo à vocação exportadora entre outras medidas, de forma a dialogar com um projeto de Brasil. Para combater a crise e reestruturar nosso estado necessitamos da aplicação de um projeto de desenvolvimento articulado com a política nacional, voltado à construção de uma nova matriz tributária e, também, enfrentar o escoamento do dinheiro público que hoje vai para meia dúzia de grandes empresas.

Porto Alegre Precisa Caminhar Rumo à Mudança

Incompetência e autoritarismo são as marcas da Gestão Fortunati/Mello que na eleição prometeram muito, no entanto, para tapar a cabeça puxam o mesmo cobertor velho deixando os pés descobertos. A cidade está um caos, abandonada pelo poder municipal que tem sido um obstáculo para aqueles que tentam inovar, seja com iniciativas de ocupação dos parques, soluções de mobilidades ou das novas economias artesanais e criativas que se espalham por todos os recantos da cidade.

O Governo Fortunati/Mello vai ficar na história como a gestão que precariza os serviços públicos através da terceirização, que persegue politicamente os(as)

servidores(as) não lhes assegurando condições dignas de trabalho e que mesmo sancionando a Lei do Assédio Moral não a coloca em prática. Desrespeita os processos democráticos, assim como fez com o Congresso Municipal de Educação ao enviar para a Câmara Municipal um remendão que deslegitimou toda uma construção coletiva e participativa de toda a cidade de Porto Alegre.

Porto Alegre sofre com a violência agudizada pela falta de uma política de segurança e tem apresentado níveis de desigualdades enormes. Hoje somos a mais violenta cidade do Sul e Sudeste do país. Apresentamos um enorme déficit na educação infantil, nossa cidade é a pior capital no ranking de vagas ofertadas em rede municipal própria, registrando apenas 6,46% de atendimento (TCE/2013). A Gestão Fortunati/Melo deixará como legado a promoção do dismantelamento do que restou do Projeto Político Pedagógico (PPP) da rede; sendo que o último documento orientador da SMED é a pá de cal que faltava para solapar o que resta da Gestão Democrática, da autonomia das escolas, do ensino globalizado que valoriza igualmente todas as áreas do conhecimento em uma perspectiva integral de sujeito, enfim, toda a perspectiva de conhecimento e currículo abordadas no caderno 9.

O poder público deixou de ser protagonistas de um modelo de desenvolvimento local, articulando essas novas energias econômicas e culturais e potencializando o papel da cidade no mundo global. Na era da revolução colaborativa, nada de novo se fez no campo da participação social. Nas últimas décadas, a cidade não criou nenhuma ferramenta inovadora de colaboração. A Gestão Fortunati/Melo deprecia as riquezas imateriais, culturais e ambientais em nome do capital especulativo que não dialoga com os movimentos urbanos que reivindicam o direito à cidade. Porto Alegre precisa mudar!

As Lutas dos Municipários e suas conquistas

Os municpários têm em seu histórico a característica de ser uma categoria aguerrida e lutadora. Suas vitórias são decorrentes da sua mobilização e coesão em defesa de seus direitos e na perspectiva de ampliar suas conquistas. Mas cabe ressaltar que a vitória de cada luta tem relação direta com as táticas e a forma definida para enfrentar cada desafio.

A CTB (Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) desde a sua criação, sempre esteve presente nos processos de mobilização e luta da categoria municipal. Uma presença caracterizada pela consequência e acerto nas propostas que defendeu inclusive nos momentos mais difíceis e complexos para categoria, como foi o caso nas últimas duas datas-base da categoria.

Na data-base de 2014 quando o governo apresentou uma proposta de reajuste de 6,28% parcelada em 2 parcelas (2,5% em maio e o restante em janeiro de 2015), os municpários souberam unificadamente rejeitar essa proposta, mas na hora de definir a melhor maneira de enfrentar aquela batalha, a CTB Municipal mesmo tendo integrantes na atual gestão do SIMPA, não teve dúvidas em divergir da

proposta apresentada pela maioria dos integrantes da direção e propor uma ação diferente do que estava sendo sugerido, ou seja, esperar o pagamento e deflagrar a greve da categoria sem ter o receio do corte dos salários.

Os 12 dias de greve de 2014 demonstraram o acerto da decisão, tanto na hora de começar o movimento como na hora de encerrá-lo. Garantimos o reajuste dos 6,28% integral; reajuste de R\$ 2,00 no vale-alimentação; o mesmo reajuste do salário mínimo para os padrões 2 e 3 e a retomada de pautas importantes como a discussão do plano de saúde e do plano de carreira.

A data-base de 2014 ficou caracterizada pelos fortes enfrentamentos com o aparato policial nos piquetes do transbordo do DMLU e nas áreas operacionais do DMAE. Mas mesmo com a disposição de muitos municipais a greve de 2014 já dava sinais de esgotamento e o início da Copa tiraria o nosso movimento da mídia. Foi a conquista possível.

Já na data-base de 2015, o perigo do “efeito cascata” de poder retirar até 40% dos vencimentos da categoria, foi um ingrediente complicado e que serviu aos interesses do Governo Fortunati/Melo em parcelar o reajuste da categoria. Diante desta ameaça, o movimento soube caracterizar o principal problema a ser enfrentado, ou seja, evitar a aplicação da orientação do Ministério Público que estava as vias de ser consagrado pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Foi uma greve difícil, onde fechar ou não fechar o prédio da SMA foi preponderante para garantirmos as reuniões de negociação. Havia uma parcela da categoria decidida a impor condicionantes ao governo Fortunati/Melo, quando no entendimento da CTB o mais importante não era fazer uma queda de braço com o governo nesta questão, mas sim garantir a negociação e através desta arrancar do governo a melhor proposta.

Fizemos 15 dias de greve, o encerramento foi polêmico e teve que ser feita contagem de voto a voto para definir a proposta vitoriosa. Muitos municipais não aceitavam o parcelamento do reajuste de 8,17%, mas diante da possibilidade de serem aplicadas as recomendações do MP para descaracterizar o efeito cascata, foi a saída possível de se construir.

Em 2015 o acordo para o final da greve foi o PL para corrigir o “efeito cascata”; o reajuste parcelado em 3 parcelas (4% em maio. 2% em dezembro e 1,97% em janeiro de 2016); reajuste do vale-alimentação para R\$ 18,50; pagamento das progressões a partir de março de 2016 e o aumento do subsídio e inclusão de um dependente com o mesmo subsídio do servidor.

A CTB entende que o resultado de uma greve é diretamente proporcional ao grau de adesão e mobilização de uma categoria. Além disso, sabemos que cada movimento sofre influência do momento em que está inserida a sua luta. Desta forma não vemos a mobilização sindical e a luta dos trabalhadores como se fosse uma receita de bolo, mas compreendemos que as experiências vividas servem como aprendizado para buscarmos o caminho da consequência sem que isto signifique

perder a firmeza dos nossos propósitos e nem arriscar a vitória do possível diante da vontade de querer tudo ou nada.

Defendemos a classe trabalhadora e os seus interesses. As nossas conquistas não se dão em único movimento. Acreditamos que as conquistas são processuais e que a cada data-base podemos ampliar nossas vitórias. Mas estas dependem da nossa mobilização e luta!

Plano de Lutas

Por um SIMPA combativo, de luta e de dialogo com os(as) municipais(as).

Defendemos um sindicato combativo, com capacidade de diálogo e democrático. Um SIMPA que respeite os amplos setores da categoria e a representatividade dos CORES; bem como, da Assembleia Geral que é o órgão máximo de deliberação.

Propomos a revisão das formas de comunicação do SIMPA com a categoria e a modificação do formato das Assembleias, de forma a possibilitar a intervenção das lideranças representativas dos diversos setores.

Nossa defesa é pelo debate na base, com reforço das ações regionais, acreditamos que essa seja a forma que melhor congrega a todos os municipais(as). A divisão só serve a quem quer enfraquecer a luta dos(as) trabalhadores(as). Juntos somos fortes!

- Lutar em defesa da democracia, combatendo o golpismo da direita;
- Lutar pelo fim do machismo, do racismo, LGBTfobia e todas as formas de violência e opressão;
- Lutar por uma educação pública, gratuita, laica, democrática, universal, inclusiva e de qualidade pedagógica e social;
- Lutar pela consolidação e ampliação dos direitos e conquistas dos trabalhadores;
- Lutar pela implementação da Lei do Assédio Moral;
- Desenvolver uma política de estreitamento e aproximação com as CSST (Comissão de Segurança e Saúde do trabalhador);
- Articular ações que garantam o funcionamento do SESMET (Serviço de Saúde e Medicina do Trabalhador);
- Construir um SIMPA forte, democrático e ligado à base dos municipais(as);

Estatuto do SIMPA

Com relação ao CORES (Conselho de Representantes Sindicais) cabe precisar melhor o formato de suas reuniões e a sua composição para produzir as suas deliberações.

Todo município(a) pode assistir as reuniões do CORES sem direito a fala e voto, uma vez que estas são prerrogativas dos membros eleitos para este fim.

Pode ser convocada a assembléia ou plenária dos CORES ampliado, a partir do entendimento da diretoria do SIMPA ou do próprio CORES desta necessidade. Este instrumento será caracterizado por um evento que pode ser assembléia ou plenária que permitirá a todo e toda município e municipalia que assim desejar, participar e contribuir com o debate. Os municípios que participarem do CORES Ampliado, em não sendo membro titular ou suplente em substituição do titular, terá direito a voz mas sem direito a voto. Este dispositivo serve para que garanta a ampliação do debate de temas de grande relevância a toda a categoria, sem descaracterizar a proporção de equilíbrio e de representação de cada secretaria, autarquia e fundação pensada para a composição do CORES.

Parágrafo único: O CORES Ampliado será o instrumento de apoio, debate ,análise e organização da categoria em caso de greve geral dos municípios. Terá caráter de comando de greve, mas sua ação não substitui as atribuições da diretoria e nem do plenário do CORES.

Estruturação do CORES:

Cabe ao CORES eleito constituir uma coordenação composta por Coordenador Geral do CORES, 1º secretário e 2º Secretário, em sua primeira reunião após a posse de seus membros.

Ao Coordenador Geral do CORES compete: coordenar as reuniões do conselho, assinar todas as deliberações do Conselho e encaminhar a convocação da assembleia do CORES a partir da solicitação da direção do Simpa ou por decisão do próprio CORES;

Ao 1º Secretário compete: Secretariar as reuniões do conselho, responsabilizando-se pelas atas; substituir o Coordenador do CORES em todas as suas responsabilidades no impedimento deste; responsabilizar-se pelo comunicado a todos os integrantes do CORES da data e local das reuniões do Conselho. utilizando-se ou não, a seu critério, da estrutura do SIMPA;

Ao 2º Secretário do CORES compete: Substituir o 1º Secretário em todas as suas responsabilidades no impedimento deste.

Tese é assinada pela CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)